



Fecomércio RN
Sesc | Senac



JORNAIS - PORTAIS - BLOGS

ANÁLISE DE MÍDIA

RIO GRANDE DO NORTE

Veículo: Tribuna do Norte
(impresso)

Data: 10/01/2020

Caderno/Coluna:
Política

Notícia de Interesse

Aspecto:
Neutra

Primeira parcela do FPM de janeiro tem queda de 10%

« **CONTAS PÚBLICAS** » Presidente da Federação dos Municípios afirma que há uma expectativa de uma recuperação nas duas cotas seguintes do mês

O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) terá uma queda de 10,74%, descontada a inflação, na primeira cota de janeiro de 2020, a ser repassada nesta sexta-feira (10), conforme dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), em comparação ao mesmo período do ano passado. Ao aplicar a inflação, o impacto negativo chega a 13,16%, segundo informação da Confederação Nacional dos Municípios.

“O impacto foi forte e negativo para os municípios, mas esperamos que a segunda e terceira parcelas reajam, se não reagirem é meio frustrante para os municípios essa primeira cota, em razão de que todos os meses de 2019 recebiam uma cota sempre superior ao



ADRIANO ABREU

José Cassimiro afirma que a queda não deve ocorrer nas próximas duas parcelas de janeiro

mesmo mês do ano anterior”, disse o presidente da Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte, José Leonardo Cassimiro de Araújo.

Prefeito de São Paulo do Potengi, José Cassimiro de Araújo afirmou, ainda, esperar que “isso não ocorra com as outras duas cotas e que elas sejam superior, pra que em janeiro fique superior a janeiro de 2019”.

Segundo dados da CNM, os 167 municípios do Rio Grande do Norte que receberam R\$ 97,38 milhões de FPM bruto na primeira cota de janeiro de 2019, vão receber, agora, o valor bruto de R\$ 86,98 milhões. Com o desconto do Fundeb, Saúde, Pasep, o valor líquido a ser repassado neste dia 10 ficou sendo R\$ 55,67 milhões.

Em relação aos coeficientes municipais, o repasse do pri-

NÚMEROS

86,98

milhões de reais brutos serão distribuídos aos municípios do Rio Grande do Norte.

55,67

milhões de reais serão depositados nas contas dos municípios, após os descontos do Fundeb, Saúde e Pasep.

2,33

bilhões de reais deverão ser transferidos aos municípios ao longo de 2020.

meiro decêndio de janeiro de 2020, os 94 municípios de coeficiente 0.6 vão receber uma parcela de R\$ 301,2 mil, enquanto os 29 municípios de coeficiente 0.8 terão uma cota de R\$ 401,48 mil. Já os 14 municípios de coeficiente 1.0, terão um repasse de R\$ 501.85 mil.

Natal tem o maior repasse, no valor de R\$ 10,87 milhões, seguido de Mossoró e Parnamirim, com R\$ 3,18 milhões e São Gonçalo do Amarante, com 1,6 milhão.

Segundo projeção da CNM, em 2020 os municípios do Rio Grande do Norte deverão receber cerca de R\$ 2,33 bilhões de FPM. No ano passado, a previsão era de que os municípios potiguares receberiam bruto R\$ 2,793 bilhões, mas o realizado alcançou R\$ 2,744 bilhões.

De acordo com dados da CNM, os 5.568 municípios do país vão receber a primeira parcela do FPM de janeiro como parte da arrecadação dos Impostos de Renda e Sobre Produtos Industrializados (IR e IPI) obtida entre os dias 20 e 30 de dezembro, será de R\$ 2,80 bilhões.

A previsão do valor feita pela CNM considera a retenção constitucional para Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Sem esse desconto, o Fundo cresce para R\$ 3,5 bilhões.

Segundo Estudos Técnicos da CNM, a redução de 10,74% foi constatada a partir dos montantes brutos, em comparação com os R\$ 3,9 bilhões repassados em janeiro de 2019.

CLEIA VIANA/CÂMARA DOS DEPUTADOS



Glademir Aroldi reforça a necessidade do adicional de 1%, em setembro, do Fundo de Participação

Fundo de Participação

Valor da primeira parcela de janeiro do FPM – 2019*

Municípios do Rio Grande do Norte

Coefficiente 0.6

94 municípios – R\$ 301.309,50

Coefficiente 0.8

29 municípios – R\$ 401.479,33

Coefficiente 1.0

14 municípios – R\$ 501.849,37

Coefficiente 1.2

6 municípios – R\$ 602.219,00

Coefficiente 1.4

7 municípios – R\$ 702.588,84

Coefficiente 1.6

Confederação defende adicional no FPM

Diante da retração do FPM, já no primeiro repasse, o presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Glademir Aroldi, reforça a necessidade da Câmara dos Deputados e do Senado concluírem a votação da Emenda à Constituição (PEC) 391/2017, que aumenta em mais 1% o FPM, para garantir transferência adicional em setembro.

“Essa matéria precisa avançar para amenizar as dificuldades nas prefeituras em atender as diversas responsabilidades transferidas ao longo dos anos”, reforça o presidente da CNM. Segundo ele, apesar de a verba parecer abastada, os Entes municipais ficam com apenas 19% do bolo tributário. O levantamento da entidade explica ainda que, os 166 Municípios de coeficientes 4,0 ficarão com R\$ 449.645.326,88, quase 13% do valor total.



Essa matéria precisa avançar para amenizar as dificuldades nas prefeituras em atender as diversas responsabilidades transferidas ao longo dos anos”

GLADEMIR AROLDI

Presidente da CNM

Os 2.454 governos locais com coeficientes 0,6 ficarão com 19,81% do primeiro decêndio. De acordo com o levantamento da CNM, as cifras recebidas por es-

ses Municípios não são equânimes, e menciona o exemplo das cidades de Mato Grosso do Sul (MS) e do Paraná, que receberão R\$ 300 e R\$ 317,9 milhões, respectivamente. Pelo fato de o primeiro repasse do ano ter apresentado redução, a CNM alerta para sazonalidade do repasse constitucional.

“Quando se avalia o comportamento mês a mês dos repasses promovidos, nota-se que ocorrem dois ciclos distintos. O primeiro semestre tem os repasses maiores, principalmente entre fevereiro e maio, e a partir de julho tendem a diminuir, significativamente, com destaque para setembro e outubro”, alerta o levantamento.

Outro ponto a ser observado pelos gestores locais é para as vinculações constitucionais de 15% para a saúde e 1% do Pasep, além dos 20% do Fundeb.

5 municípios – R\$ 802.958,67

Coefficiente 1.8

3 municípios – R\$ 903.328,50

Coefficiente 2.0

1 município – R\$ 1.003.698,34

Coefficiente 2.2

1 município – R\$ 1.104.068,17

Coefficiente 2.4

1 município – R\$ 1.204.438,00

Coefficiente 2.6

2 municípios – R\$ 1.304.807,84

Coefficiente 3.2

1 município – R\$ 1.605.917,34

Coefficiente 4.0

2 municípios – R\$ 3.176.587,98

Capital – R\$ 10.870.545,68

*Valores brutos

Fonte – CNM

Veículo: Tribuna do Norte
(impresso)

Data: 10/01/2020

Caderno/Coluna:
Economia

Notícia de Interesse

Aspecto:
Neutra

Cesta básica em Natal tem alta de 12,41%, diz Dieese

« **VARIAÇÃO** » Natal aparece entre as quatro capitais com maior volume de aumento entre as 17 pesquisadas. Valor da cesta ficou em R\$ 383,76

Em 2019, o valor da cesta básica aumentou em 16 das 17 capitais onde o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) realiza mensalmente a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos. As altas mais expressivas, entre dezembro de 2018 e 2019, foram registradas em Vitória (23,64%), Goiânia (16,94%), Recife (15,63%) e Natal (12,41%). A menor variação positiva ocorreu em Salvador (4,85%). Em Aracaju, o acumulado em 12 meses foi negativo (-1,89%).

No ano passado, a cesta básica na capital potiguar apresentou alta de 12,41% e custou R\$ 383,76, o quarto menor valor entre as 17 cidades onde o Dieese realiza a pesquisa. Entre novembro e dezembro, os preços dos gêneros alimentícios aumentaram, em média, 10,31%.

Em 2019, oito produtos tiveram alta acumulada de preço:



ALEX RÉGIS

A banana foi um dos itens que compõem a cesta básica de alimentos com maior variação: 69,77%

banana (69,77%), feijão carioca (54,91%), carne bovina de primeira (27,51%), óleo de soja (8,33%), açúcar refinado (4,07%), leite integral longa vida (2,67%), manteiga (1,53%) e pão francês (0,65%). O valor médio do arroz agulhinha não sofreu alteração. Já as diminuições de valor foram registradas no tomate (-22,93%), farinha de mandioca (-10,61%) e café em pó (-8,29%).

Entre novembro e dezembro, houve elevação do preço médio do tomate (19,23%), feijão carioca (19,13%), carne bovina de primeira (17,12%), banana (15,52%), farinha de mandioca (3,25%), leite integral longa vida (3,22%), arroz agulhinha (1,63%), e pão francês (1,08%). Quanto aos preços do café em pó (-2,93%), açúcar refinado (-1,71%), óleo de soja (-0,24%) e manteiga (-0,15%) diminuíram.

Em dezembro de 2019, o

NÚMEROS

12,41%

foi o percentual de variação da cesta básica em Natal em dezembro do ano passado ante dezembro de 2018

R\$ 383,76

foi o custo da cesta básica em Natal em dezembro do ano passado, aponta Dieese

trabalhador natalense remunerado pelo salário mínimo comprometeu 84 horas e 36 minutos da jornada mensal para adquirir os gêneros essenciais, tempo maior que o de novem-

bro, quando ficou em 76 horas e 41 minutos. Em dezembro de 2018, o tempo comprometido foi de 78 horas e 44 minutos.

Quando comparados o custo da cesta e o salário mínimo líquido, ou seja, após o desconto referente à Previdência Social, a relação foi de 41,80%, em dezembro, e 37,89%, em novembro de 2019. Em dezembro de 2018, o percentual era de 38,90%.

RJ detém maior custo

Em dezembro de 2019, o maior custo do conjunto de bens alimentícios básicos foi apurado no Rio de Janeiro (R\$ 516,91), seguido por Florianópolis (R\$ 511,70) e São Paulo (R\$ 506,50). Os menores valores médios foram observados em Aracaju (R\$ 351,97), Salvador (R\$ 360,51) e João Pessoa (R\$ 373,56).

Com base na cesta mais ca-

ra, que, em dezembro, foi a do Rio de Janeiro, e levando em consideração a determinação constitucional que estabelece que o salário mínimo deve ser suficiente para suprir as despesas de um trabalhador e da família dele com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o Dieese estima mensalmente o valor do salário mínimo necessário.

Em dezembro de 2019, o salário mínimo necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas deveria equivaler a R\$ 4.342,57 ou 4,35 vezes o mínimo de R\$ 998,00. Em novembro, o mínimo necessário correspondeu a R\$ 4.021,39, ou 4,03 vezes o piso vigente. Em dezembro de 2018, o salário mínimo necessário foi de R\$ 3.960,57, ou 4,15 vezes o piso em vigor, que equivalia a R\$ 954,00.

Veículo: Tribuna do Norte
(impresso)

Data: 10/01/2020

Caderno/Coluna:
Economia

Notícia de Interesse

Aspecto:
Neutra

Número de endividados cresce

« SEM DINHEIRO » Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo detalha, em pesquisa, que quase seis a cada 10 famílias brasileiras estão devendo

O percentual de famílias com dívidas aumentou 0,5 ponto em dezembro ante novembro de 2019, para 65,6%, conforme a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada nesta quinta-feira, 9, pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Em relação a novembro de 2018, quando o percentual de famílias com dívidas era 59,8%, a alta foi de 5,8 pontos.

Esse é o maior patamar da série histórica da Peic, iniciada em janeiro de 2010. Embora possa sinalizar para um excesso de endividamento, a leitura da Peic de dezembro não pode ser considerada negativa porque os níveis de inadimplência se mantiveram comportados, disse a CNC, em nota.

Na passagem de novembro para dezembro de 2019, houve queda tanto no percentual de famílias com contas ou dívidas em atraso (de 24,7% para 24,5%) quanto na proporção de famílias



Queremos incentivar um maior entendimento sobre poupança e outros produtos financeiros”

ROBERTO CAMPOS NETO
Presidente do Banco Central

que declararam não ter condições de pagar suas contas ou dívidas em atraso e que, portanto, permaneceriam inadimplentes (de 10,2% para 10,0%).

Ainda assim, ambos os indicadores apresentaram alta em relação a dezembro de 2018. O percentual de famílias com contas ou dívidas em atraso estava em 22,8% em dezembro de 2018, enquanto a pro-

porção de famílias que declararam não ter condições de pagar suas contas ou dívidas em atraso era de 9,2%.

O nível do comprometimento da renda com dívidas também reduz o risco de endividamento excessivo. Em dezembro, as famílias comprometeram 29,7% da renda, na média, com dívidas, ante 29,9% em novembro. Foi o menor nível desde junho de 2019 - em dezembro de 2018, o nível do comprometimento médio da renda estava em 29,3%.

Falta de educação

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse nesta quinta-feira, 9, que parte da inadimplência no mercado de crédito se deve à falta de educação financeira dos tomadores. Ao fazer um balanço das medidas da Agenda BC#, Campos Neto disse que a instituição tem estimulado a formação de poupança e a renegociação de dívidas pelos bancos com programas de educação financeiras como contrapartida.

“Queremos incentivar um maior entendimento sobre poupança e outros produtos financeiros”, completou Campos Neto.

O presidente do Banco Central disse também que a instituição pretende fazer uma reinvenção da dívida privada”, mas reforçou que é preciso dar valor de liquidez aos títulos privados para possibilitar isso. “Isso significa ter mais mercado de compra e venda, e mais tranquilidade para os bancos negociarem esses títulos privados”, repetiu.

Campos Neto destacou o crescimento da captação não bancária, sobretudo das emissões de debêntures. “Isso vai desintermediar um pouco o sistema”, completou.

O presidente do BC, mais uma vez, afirmou que a reinvenção do mercado privado permitirá liberações adicionais de depósitos compulsórios. “Queremos que a substituição do crédito público pelo privado reduza o custo para os tomadores. Assim o ciclo se fecha”, concluiu.

Veículo: Tribuna do Norte
(impresso)

Data: 10/01/2020

Caderno/Coluna:
Natal

Notícia de Interesse

Aspecto:
Neutra

Justiça nega pedidos para impedir demolição

« **HOTEL REIS MAGOS** » Dois pedidos foram protocolados e negados pela Justiça ainda ontem. Demolição continua em ritmo acelerado

ADRIANO ABREU



Algumas áreas da construção já estão desmanchadas pelas máquinas. Ontem, mesmo com as chuvas, os trabalhos continuaram

ICARO CARVALHO
Repórter

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte negou dois pedidos feitos pelo Instituto dos Amigos do Patrimônio Histórico e Artístico-Cultural e da Cidadania (IAPHACC) para impedir a demolição da estrutura do antigo Hotel Internacional Reis Magos, localizado na zona Leste de Natal. Um dos pedidos foi protocolado às 14h36, minutos antes do início da demolição, na tarde da última quarta-feira (08), e foi negado na manhã desta quinta (09).

A reportagem da TRIBUNA DO NORTE foi até o local na tarde desta quinta-feira (09) e as duas máquinas, apesar das chuvas que caíram em Natal durante quase todo o dia, estavam trabalhando na demolição do hotel.

Em seu pedido, o IAPHACC disse que “nos causa estranheza a forma pela qual os prazos processuais estão sendo contabilizados e cumpridos no presente procedimento”, alegando que, no Novo Código de Processo Civil, o artigo 220 suspende o curso de prazos processuais entre 20 de dezembro e 20 de janeiro. Aliado a isso, a instituição pediu que o município de Natal fosse intimado a se manifestar sobre um laudo técnico feito pelo Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia do RN (Ibape-RN), anexado junto ao processo no dia 03 de janeiro. Esolicitou ainda um novo prazo de 15 dias para o Governo do Estado decidir sobre o tombamento. A justiça negou o pedido.

“O mesmo não merece acolhida, posto que o mencionado Parecer Técnico não trouxe qualquer elemento novo aos autos, a não ser a informação de que o imóvel em questão está ainda mais deteriora-

do, tendo, inclusive, mencionado que ante a instabilidade estrutural das áreas das fachadas do imóvel, seria recomendado “o imediato isolamento do seu perímetro com tapumes executados a uma distância compatível com a dinâmica da queda dos elementos construtivos em risco de desprendimento das suas bases de apoio”, disse o desembargador Vivaldo Pinheiro.

A demolição da estrutura onde funcionava o antigo Hotel Internacional Reis Magos, fechado desde 1995, começou na tarde da quarta-feira, às 15h10. Após o Estado, por meio da Fundação José Augusto e Secretaria de Educação e Cultura (SEEC) afirmarem que não tinham condições de deliberar sobre o tombamento do prédio no prazo concedido pelo TJRN, o município expediu o alvará de demolição e a Hotéis Pernambuco S/A tratou de dar início ao processo.

De acordo com Alexandre Duarte, coordenador da empresa contratada para tratar da demolição do hotel, o processo deve durar pelo menos 20 dias e outros 60 dias para conclusão do descarte do material. Os prazos podem variar. Os custos são todos da Hotéis Pernambuco S/A, dona do Reis Magos desde 1978.

Reportagem da TRIBUNA DO NORTE publicada na edição desta quinta-feira (09) mostrou que as definições acerca do terreno onde funcionava o Hotel Reis Magos dependem das novas definições do Plano Diretor de Natal, em discussão.

“Agente está aguardando a definição do Plano Diretor da cidade. O plano está sendo revisado, discutido. Não temos como fazer nenhum estudo, nenhum projeto ainda, porque estamos dependendo dessas novas regras que vão ser



Não temos como fazer nenhum estudo, porque estamos dependendo dessas novas regras”

JOÃO VICENTE GOUVEIA
Advogado da empresa

definidas para planejarmos alguma coisa para cá”, declarou o advogado João Vicente Gouveia, representante da Hotéis Pernambuco S/A, à TRIBUNA DO NORTE.

O Plano Diretor de Natal é classificado uma das prioridades do Executivo e está em processo de revisão. A expectativa é de que o processo chegue à Câmara Municipal em fevereiro deste ano. O volume de propostas para a cidade durante uma das etapas do processo fez com que o cronograma inicial fosse adiado. A previsão inicialmente era para dezembro de 2019.

O Hotel

Localizado na Praia do Meio, zona Leste de Natal, o Hotel Internacional Reis Magos foi fundado em setembro de 1965 pelo então governador do Rio Grande do Norte, Aluizio Alves. O empreendimento funcionou como hotel de luxo entre 1965 e 1995, quando foi desativado. Atualmente, o local estava em ruínas, deteriorado e acumulando lixo e sujeira.

O complexo possuía 63 apartamentos, uma suíte presidencial, recepção, salões nobres, elevadores, parque aquático, sauna, playground, restaurante, estaciona-

mento, entre outras áreas. O empreendimento foi adquirido pelo grupo Hotéis Pernambuco S/A em 1978, que operou o local por 10 anos, após uma grande reforma em 1979/1980. Depois, o local foi arrendado de 1989 a 1995; e de 1995 a 2002. Nesse último período houve ordem de despejo litigioso para o ocupante.

Em 2013, o grupo anunciou que faria a demolição do prédio para a construção de um empreendimento comercial, mas a proposta gerou desconforto e protestos por parte de estudantes de arquitetura. Na avaliação da defesa da empresa, laudos comprovavam que a estrutura do prédio não suportaria uma restauração.

Em 2014, a Fundação José Augusto (FJA) chegou a tomar o Reis Magos de maneira provisória. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em fevereiro de 2017, negou o tombamento do hotel.

Paralelo a isso, corria outro processo proposto pelo Estado do Rio Grande do Norte. Em maio de 2019, em grau de recurso, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5) negou o tombamento judicial, mas advertiu expressamente que a decisão não significava autorização para a demolição do imóvel, tendo em vista a tramitação de processos administrativos de tombamento nas esferas estadual e federal.

Em agosto de 2019, o Conselho Municipal de Cultura e o Conselho de Turismo de Natal se posicionaram a favor da demolição do hotel Reis Magos. Antes, em julho de 2019, o Iphan chegou a reabrir o processo de tombamento e pediu prova de relevância nacional do Hotel Reis Magos. Em setembro, o órgão federal negou novamente o processo.

Veículo: Agora RN (impresso)

Data: 10/01/2020

Caderno/Coluna:
Atualidades

Notícia de Interesse
Aspecto:
Neutra

Entulho do Hotel Reis Magos vai ser utilizado em obras de engenharia no RN

Empresa responsável pela demolição começou como madeireira e depósito de materiais de construção, no anos 1990, até se transformar num dos maiores players de logística reversa do Nordeste. Setor de reciclagem tem tudo para crescer

Marcelo Hollanda
Editor de Economia

Os materiais de demolição do Hotel Internacional dos Reis Magos, na Praia do Meio, serão usados na engenharia de contenção costeira (que protege construções das águas do mar), como base na pavimentação asfáltica e na construção civil em geral, fornecendo brita e areia.

O contrato de demolição do prédio, iniciado nesta quarta-feira, 8, foi fechado com o Grupo Duarte de Natal há três anos, revelou nesta quinta-feira o presidente do Grupo Duarte, Alexandre Duarte.

A empresa contratada pelo dono do imóvel, o Grupo Hotéis Pernambuco, para o "bota fora", como é chamado esse tipo de operação, ainda levará mais 19 dias para concluir o serviço.

"Foi só a partir do momento em que a Semurb (Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo de Natal) concedeu o alvará de demolição é que recebemos o sinal verde para posicionar máquinas dos dois lados do prédio e iniciar a demolição", diz Alexandre Duarte.

Ele explicou que a implosão do prédio foi uma das possibilidades examinadas, mas, por envolver

uma série de licenças, inclusive do Exército, e pelo fato de a área ser ocupada por muitas casas de estrutura mais frágil, optou-se pela demolição mecânica.

Fundado em 1997, quando era ainda uma madeireira e depósito de material de construção em Cidade Satélite, zona Sul da Capital, o Grupo Duarte tem como uma das bases de seus negócios a reciclagem de entulho de construção e seu reaproveitamento em forma de materiais de maior valor agregado.

O que será retirado dos escombros do Hotel Reis Magos exigirá, em idas e vindas de caminhões, algo ao redor de 4 mil carradas, considerando que cada caçamba pode abrigar 15 m³ de material. A estimativa é de 5.600 m³ de material no total.

Dali, o entulho segue para São José do Mipibu, onde a empresa tem uma planta de reciclagem de 5 mil m² de área construída, capaz de processar 80 toneladas por hora, instalada num terreno de 25 hectares.

O valor do contrato não foi revelado por Alexandre Duarte, que tem 40 anos e é natural de Coronel Ezequiel, no Agreste potiguar, perto de Santa Cruz.

Para o empresário, a demolição do Hotel dos Reis Magos é apenas



Empresa contratada para a demolição foi a Grupo Duarte, com 23 anos de atuação

um trabalho que demorou três anos para acontecer, num mercado potencialmente milionário, mas que ainda não foi descoberto por grande parte das empresas potiguares – o do reaproveitamento de resíduos sólidos.

Tanto é verdade que, de uma madeireira e depósito de construção, nos anos 1990, os negócios de Alexandre Duarte dispararam como rastilho de pólvora quando ele abriu o segmento de locação de máquinas e equipamentos em 2004.

Com os lucros obtidos por esse

segmento ao longo dos seis anos seguintes, Alexandre ingressou no setor dos transportes de entulhos, o que acabou atraindo sua atenção e investimentos para a construção de uma unidade de reciclagem, aquela de São José do Mipibu.

INDÚSTRIA QUE TEM TUDO PARA CRESCER

A indústria de reciclagem de resíduos sólidos tem um grande potencial, mas ainda só engatinha, diz o presidente do SindRecicla no RN, Roberto Serquiz, um empresá-

rio que abraçou há anos a bandeira da reciclagem, um setor que padece de um problema crônico: a coleta seletiva.

"Hoje, Natal só consegue reutilizar 2% de todo o lixo que poderia ser coletado e separado, deixando um imenso mercado em aberto a ser explorado, com resultados econômicos, sociais e ambientais imensos", diz Serquiz.

Segundo o empresário, além do potencial econômico, há grandes vantagens sociais e ambientais da coleta seletiva para a reciclagem de resíduos. Hoje, graças ao trabalho de Roberto Serquiz, a destinação correta de resíduos sólidos já conta com uma unidade de recepção e separação em Arês, a 52 Km de Natal.

"Ele é uma grande referência nesse setor, sem o qual ainda estaríamos lá atrás nessas questões tão relevantes", diz Alexandre Duarte.

Para Roberto Serquiz, o recente episódio das manchas de óleo no litoral nordestino serviu para despertar as pessoas para a necessidade de se desviar dos lixões, em benefício da reciclagem.

"Se o mal trazido pelas manchas de óleo foi grande, as pessoas não percebem que maior ainda é o lixo depositado todos os dias pelas pessoas nas praias", conclui.

Veículo: Agora RN (impresso)

Data: 10/01/2020

Caderno/Coluna:
Economia

Notícia de Interesse

Aspecto:
Neutra

Economia

Produção industrial recua 1,2%

A produção industrial brasileira teve queda de 1,2% na passagem de outubro para novembro de 2019. O recuo interrompe três meses de crescimento e elimina parte da alta de 2,2% acumulada entre agosto e outubro daquele ano. De setembro para outubro, a indústria havia crescido 0,8%. Os dados são da Pesquisa Industrial

Mensal, divulgada nesta quinta-feira, 9, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo a pesquisa, a produção caiu 1,7% na comparação com novembro de 2018, 1,1% no acumulado dos 11 primeiros meses de 2019 e 1,3% no acumulado de 12 meses. Na média móvel trimestral, a queda foi 0,1%.



Fecomércio RN
Sesc | Senac



JORNAIS - PORTAIS - BLOGS

ANÁLISE DE MÍDIA
BRASIL

Veículo: Folha de São Paulo

Data: 10/01/2020

Caderno/Coluna:
Mercado

Notícia de Interesse
Aspecto:
Neutra

Expansão do Bolsa Família para mais pobres corre risco de falta de dinheiro

Nova proposta prioriza renda mais baixa, mas equipe econômica resiste e quer versão mais modesta

**Gustavo Uribe
e Thiago Resende**

BRASÍLIA O plano de reformulação do Bolsa Família, já entregue ao presidente Jair Bolsonaro, prevê um aumento focado na faixa de famílias em situação de extrema pobreza.

Apesar de direcionado ao grupo mais necessitado, o projeto desagradou à equipe econômica, que defende uma versão ainda mais modesta para as mudanças no programa social.

Em 2019, Bolsonaro não concedeu reajuste do benefício pela inflação para cumprir a promessa de criar a 13ª parcela.

A ideia, agora, é priorizar a camada com renda mais baixa, que representa dois terços dos 13 milhões de famílias incluídas no programa.

O Bolsa Família atende pessoas que vivem em situação de extrema pobreza, com renda per capita de até R\$ 89 mensais, e pobreza, com renda entre R\$ 89,01 e R\$ 178 por mês.

O valor recebido varia de acordo com o número de integrantes da família, idade e renda. Atualmente, a média é de aproximadamente R\$ 191.

Elaborada pelo Ministério da Cidadania e pela Casa Civil, a proposta inicial de reformulação elevaria o orçamento do

programa em R\$ 16 bilhões.

Com a resistência da equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, o projeto teve de ser desidratado.

O núcleo político do governo considera que a ampliação mínima deveria ser de R\$ 10 bilhões, uma vez que, para 2020, estão previstos menos recursos para o programa do que no ano passado.

Para este ano, foram reservados R\$ 29,5 bilhões. Em 2019, o Bolsa Família precisou de R\$ 32,5 bilhões.

Isso significa que qualquer aumento próximo de R\$ 3 bilhões seria apenas para recompor o orçamento do programa e garantir mais um pagamento da 13ª parcela, promessa de Bolsonaro.

Cálculos preliminares apontam que só o aumento do benefício para a parcela mais miserável representaria um custo adicional de R\$ 4 bilhões no orçamento deste ano.

O grupo do governo mais preocupado com as contas públicas defende uma expansão da verba do Bolsa Família em apenas R\$ 2 bilhões — insuficiente para compensar o corte em relação ao ano passado.

O valor da verba extra para o programa, portanto, é o que opõe ministros do governo.

Diante do impasse e da falta

de recursos, a reformulação, que era para ter sido anunciada no fim de 2019, foi abortada, conforme informou a coluna Pínel em dezembro.

Uma nova queda de braço se aproxima, uma vez que o valor defendido pela equipe econômica é bem abaixo do que deseja o entorno político de Bolsonaro.

Nas mãos do presidente, a proposta da ala política inclui, além do aumento do benefício para os miseráveis, um bônus para famílias cujos filhos tenham bom desempenho escolar.

O texto ainda concede um extra para residências com adolescentes acima de 16 anos, podendo chegar aos 21 anos, e para famílias de jovens atletas com bom rendimento esportivo.

No entanto, o formato final da reformulação do programa depende de quanto o governo irá disponibilizar de recursos para aumentar o orçamento do Bolsa Família, que também deve mudar de nome.

A nova marca sugerida pela Cidadania é Renda Brasil. O núcleo político, no entanto, ainda testa duas outras possibilidades: Família Brasil ou Bolsa Brasil.

De férias no litoral de São Paulo, Bolsonaro deve discu-

tir o futuro do programa na próxima semana em reunião no Palácio do Planalto.

Segundo relatos feitos à Folha, o presidente estaria disposto a anunciar, ao menos, R\$ 4 bilhões de aumento para o Bolsa Família, o que só repetiria a cobertura de 2019 e daria um reajuste para a faixa mais pobre.

A Casa Civil, porém, iniciou um movimento para convencer Bolsonaro a elevar esse montante na tentativa de reforçar uma marca social do governo, fazendo um contraponto às gestões petistas.

A expectativa do Planalto é que o novo programa seja lançado até o fim deste mês. Porém, até os mais otimistas dizem acreditar que o embate com a equipe econômica deve adiar o anúncio.

Nesta semana, diante da discussão sobre a retomada da reforma administrativa, o presidente afirmou que o governo precisa levar em conta, além dos argumentos econômicos, os aspectos sociais.

“É o que sempre digo: as visões diferem, a minha e a da economia. Eles têm os números, e nós temos a política, o social e o ser humano”, disse.

Para conseguir ampliar o orçamento do Bolsa Família, Bolsonaro terá de cortar

verba de outros ministérios. O plano para elevar repasses na área social esbarra no teto de gastos — limitação para o crescimento das despesas.

O time de Guedes quer uma reformulação mais tímida, pois não há margem no teto. O Orçamento de 2020 já está no limite. Com isso, qualquer novo gasto precisa ser compensado com uma redução em outra despesa.

Destinar mais R\$ 10 bilhões ao Bolsa Família significaria tirar os mesmos R\$ 10 bilhões de outros setores.

Para conseguir pagar o 13º em 2019, o governo teve de usar recursos que, antes, estavam previstos para a Previdência.

Sob Bolsonaro, o programa enfrenta dificuldades financeiras. O governo vem controlando a entrada de novas famílias na lista de beneficiários e, mesmo assim, passou por um aperto na hora de pagar a parcela extra.

A cobertura do programa recua desde maio, quando o Executivo já estudava a reformulação, que — até hoje — não foi anunciada.

O novo formato deve ser apresentado ao Congresso como uma MP (medida provisória), que passa a valer imediatamente e tem um prazo de 120 dias para ser aprovada.

Veículo: Folha de São Paulo

Data: 10/01/2020

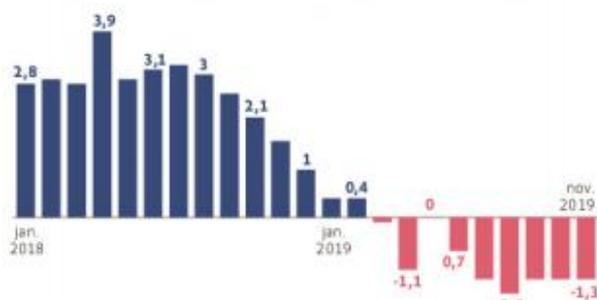
Caderno/Coluna:
Mercado

Notícia de Interesse

Aspecto:
Neutra

Produção industrial recua após três meses em alta

Desempenho da indústria no acumulado de 12 meses, em %



Fonte: IBGE

Variação por área

Na comparação com o mesmo período do ano anterior



Indústria tem retração maior que a esperada em novembro

Queda de 1,2% na produção após três meses de alta é puxada por veículos

RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO A produção industrial recuou 1,2% em novembro, interrompendo três meses seguidos de alta, informou nesta quinta (9) o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A queda foi a maior para novembro desde 2015, quando a indústria havia recuado 1,9%.

A retração foi mais intensa que o 0,7% projetado em pesquisa da agência Bloomberg.

No acumulado do ano até novembro, a indústria encolheu 1,1%. Já na análise referente aos últimos 12 meses, o recuo foi de 1,3%.

O setor de veículos automotores, reboques e carrocerias caiu 4,4% e foi uma das principais influências negativas para o período. O IBGE, porém, ressaltou que é normal esse movimento no setor.

É comum que a produção de automóveis seja elevada

nos meses de setembro e outubro e reduza no fim do ano, em razão de férias coletivas", afirma o gerente da pesquisa, André Macedo.

Segundo Emerson Marçal, coordenador do Centro de Macroeconomia da FGV, o resultado para produção de automóveis está conseguindo caminhar apesar da crise da Argentina, um dos principais compradores do Brasil.

"A economia e a indústria estão em recuperação. É um efeito localizado e não é uma alteração de tendência", diz.

Para o especialista, o mesmo acontecerá com o resultado de dezembro.

Segundo dados da Anfavea (associação das montadoras), o mercado interno brasileiro seguiu a alta de 2,3% da produção de veículos no país em 2019. Ainda que tenha fechado no azul no acumulado do

ano, a produção de 170,5 mil no último mês de 2019 recuou tanto em relação a novembro do mesmo ano, queda de 25%, quando na comparação com dezembro de 2018, retração de 3,9%.

De acordo com o IBGE, o setor industrial está 17,1% abaixo do nível recorde alcançado em maio de 2011.

O gerente da pesquisa ressaltou que a marca negativa de novembro eliminou parte do crescimento obtido nos meses anteriores da indústria.

"Tiveram queda 16 categorias, dentre as 26 avaliadas."

Influenciado pela volatilidade do açúcar, o setor de produtos alimentícios foi um dos que registraram queda, de 3,3%, enquanto a indústria extrativa marcou encolheu 1,7%.

Produtos químicos (queda de 1,5%), de máquinas e equipamentos (-1,6%), de manu-

tenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (-5,7%), de celulose, papel e produtos de papel (-1,8%), de produtos de minerais não metálicos (-1,8%) e de metalurgia (-1,1%) acompanharam as contribuições negativas.

Entre as quatro grandes categorias, todas assinalaram resultados negativos no mês. A de bens de consumo duráveis foi a que teve o maior recuo, de 2,4%, puxado principalmente pela queda na produção de automóveis. De janeiro a novembro, porém, acumulou ganho de 2%.

A categoria de bens de consumo semi e não duráveis teve queda de 0,5% em relação a outubro, mas acumula alta de 0,8% no ano, principalmente por conta da expansão de alimentos e bebidas elaborados para consumo doméstico (1,9%).

Veículo: Estadão

Data: 10/01/2020

Caderno/Coluna:
Economia

Notícia de Interesse

Aspecto:
Neutra

INSS quer fim da fila para benefícios em seis meses

O presidente do INSS, Renato Vieira, disse ao *Estadão/Broadcast* que o órgão espera acabar com o atraso na análise dos pedidos de benefícios em até seis meses. Ele confirmou que o órgão estuda contratar funcionários terceirizados para atividades de apoio e triagem para liberar servidores capacitados para a análise dos processos. Vieira afirmou ainda que o INSS vai intensificar a busca por força de trabalho em outros órgãos, inclusive estatais, para repor o quadro num momento em que há muitas baixas por aposentadorias de funcionários públicos – só no ano passado foram 6 mil.

O reforço na estratégia de ataque ao estoque de pedidos de benefícios, que tem hoje 1,3 milhão de processos atrasados (protocolados há de 45 dias, pra-

zo previsto em lei), vem na esteira do crescimento das reclamações. O governo passou a cobrar de forma mais contundente um calendário de ação do INSS.

Vieira destacou que a fila atingiu o pior momento em julho de 2019, com 2,34 milhões de pedidos (atrasados ou dentro do prazo legal), quando o órgão lançou uma estratégia para reduzir o passivo. O plano incluía implementação do bônus aos peritos do INSS, ampliação das concessões automáticas de benefícios (quando o sistema consegue processar sozinho as informações e deferir ou não uma solicitação), especialização das equipes de análise e a expansão do teletrabalho (que elevou a produtividade de servidores em 84%). **/L.T.**

Veículo: Estadão

Data: 10/01/2020

Caderno/Coluna:
Economia

Notícia de Interesse

Aspecto:
Neutra

Endividamento cresce, mas CNC acha positivo

Vinicius Neder / RIO

O nível recorde do percentual de famílias com dívidas, registrado em dezembro pela Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada ontem pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

– a taxa básica Selic atingiu 4,5% ao ano em 11 de dezembro, menor nível da história – se refletiu em reduções nas taxas em todas as modalidades de crédito, lembrou a economista da CNC. Isso tem impulsionado o crescimento das concessões de crédito e o alongamento dos prazos, reduzindo o valor médio das prestações, especialmente na compra de bens duráveis.

“Há uma demanda reprimida por bens duráveis. As famílias adiaram a troca do carro ou a compra da geladeira”, afirmou

(CNC), foi impulsionado pelos níveis historicamente baixos dos juros e sinaliza uma recuperação da economia via consumo. A análise é de Marianne Hanson, economista da CNC, que agora espera um avanço do crédito impulsionado por emprego e renda.

Segundo a Peic, o percentual

Hanson.

O fato de os níveis de inadimplência terem se mantido comportados é um sinal de que a expansão do crédito, com o maior endividamento das famílias, está sendo direcionada para o consumo.

Proporção. O percentual de famílias com contas ou dívidas em atraso subiu de 22,8% em dezembro de 2018 para 24,5% em dezembro, mas o avanço foi menos intenso do que o visto no endividamento – a proporção de 65,6% de famílias com

de famílias com dívidas aumentou 0,5 ponto em dezembro ante novembro de 2019, para 65,6%, maior patamar da série histórica da pesquisa, iniciada em janeiro de 2010. Embora possa sinalizar para um excesso de endividamento, a leitura da Peic de dezembro é positiva porque os níveis de inadimplência se mantiveram comportados e o comprometimento médio da renda com dívidas não cresceu significativamente, disse Hanson.

Apesar dos spreads elevados, a queda histórica dos juros

dívidas é 5,8 pontos superior aos 59,8% de dezembro de 2018.

Hanson lembrou que a recuperação da economia, ainda que lenta, tem sido puxada pelo consumo das famílias e o ritmo da expansão do crédito tem sido superior ao crescimento da renda. Isso é um sinal de que a alta do endividamento das famílias foi puxada pela queda histórica dos juros, mas o processo pode estar chegando ao fim, já que a maioria dos economistas e analistas veem o ciclo de baixa da Selic perto do fim.

Veículo: O Globo

Data: 10/01/2020

Caderno/Coluna:
Economia

Notícia de Interesse

Aspecto:
Neutra



Casa própria. O presidente da Caixa, Pedro Guimarães, diz que fará uma "revolução" no financiamento habitacional com o lançamento de uma linha em março com juro fixo de 6,5% ao ano

CHEQUE ESPECIAL

Presidente da Caixa fixa meta
de reduzir juro para até 2% ao mês

GERALDA DOCA
geralda@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

O presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, quer reduzir a taxa do cheque especial para o patamar de 2% ao mês. Em entrevista exclusiva ao GLOBO, ele disse que o banco aposta na redução da inadimplência e na ampliação da base de clientes para viabilizar esse movimento e já determinou à sua equipe que se debruce sobre o tema. Ele reforçou ainda a determinação de fazer uma “revolução” no financiamento habitacional no Brasil, com a nova linha de fi-

nanciamento com juros fixos, sem correção, a ser anunciada em meados de março.

Em dezembro, a Caixa já havia reduzido a taxa do cheque especial de 4,99% ao mês para 4,95% para clientes que recebem seus salários na instituição. O Banco Central determinou que os bancos devem restringir o juro a 8% ao mês a partir de janeiro. Antes, a média era de 12% mensais.

— A gente passou o cheque especial de 14% para 4%, e o meu objetivo é ir para 2%, 2,9% ao mês. Nós tínhamos uma inadimplência ‘X’ quando cobrávamos 14%, temos uma inadimplência muito menor quando cobramos

4,9%. Se a gente conseguir reduzir a inadimplência e aumentar a carteira, podemos continuar diminuindo o cheque especial porque o que interessa para a gente é a rentabilidade — disse Guimarães, que admite que a decisão está relacionada ao perfil social da instituição:

— Existem segmentos que têm uma margem maior, e claramente a maior é do cheque especial. Vamos ter um resultado recorde de lucro de 2019. Isso é uma demonstração de que a gente consegue reduzir juros e ter lucro. A gente busca lucro equilibrado, retorno para a sociedade e os clientes de forma equilibrada.

Essa ação agressiva de Guimarães conta com o apoio do presidente Jair Bolsonaro, que vê na ação do banco estatal uma forma de forçar a redução dos juros das demais instituições financeiras. No sábado passado, em uma transmissão ao vivo nas redes sociais, o presidente ressaltou que a Caixa vem puxando a queda na taxa de juros e que os concorrentes devem correr atrás para “não perder clientes”. Ele também avaliou que, caso a instituição fosse privada, não teria se comportado do mesmo modo. Ontem, em transmissão nas redes sociais, Bolsonaro voltou a elogiar a Caixa:

— Vale abrir conta lá, pois

ela está na frente dos outros bancos. A não ser que os bancos sigam o exemplo da Caixa. Caso contrário, o Pedro vai matar os outros bancos, o Pedro vai ser o exterminador de bancos, com esses números que está apresentando para o cheque especial e outros itens, como crédito imobiliário.

JURO FIXO NO FINANCIAMENTO

Pedro Guimarães também quer mudar os parâmetros do financiamento habitacional no país, com a nova linha de financiamento com juros fixos, sem correção. Segundo ele, a Caixa, “vai tornar mais fácil o crédito imobiliário no Brasil” e as demais institui-

ções financeiras vão seguir os mesmos passos.

O novo modelo terá prazo de financiamento de 30 anos e a taxa de juros será no mínimo de 6,5% ao ano — a mais baixa da instituição. Guimarães não revela quais serão as taxas a serem cobradas, mas adianta que serão competitivas e não só para a classe média.

Para se precaver contra eventuais prejuízos, caso os indicadores da economia piores, como aumento da inflação, o banco vai embutir na tarifa o custo de *hedge* (proteção) — que será feito via compra de títulos públicos atrelados à inflação. Para assegurar que o cliente não tenha perdas ao assumir um contrato habitacional de longo prazo com juros pré-fixados, a Caixa assumirá os riscos.

— Hoje, o cliente tem o risco da TR (Taxa Referencial), que pode subir em caso de alta da Selic, e da inflação, com o IPCA. Ele terá uma taxa fixa e não terá que se preocupar com inflação. No caso da Caixa, como a gente se defende? Comprando títulos que tenham correlação com a inflação. Vou fazer um financiamento (com a compra dos títulos públicos) e vou pagar nos próximos 30 anos. Isso nunca aconteceu. Essa modalidade será uma revolução — destacou Guimarães, que convidou para o lançamento da linha o presidente Jair Bolsonaro, o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto.

Segundo ele, cabe à Caixa se antecipar a esse movimento, já consolidado em países como EUA e Europa. Guimarães ressaltou que a instituição é “sinônimo” de crédito imobiliário no Brasil. Ela detém fatia de cerca de 70%. Os demais bancos devem seguir o mesmo caminho, como foi com o financiamento habitacional tendo o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como indexador. A modalidade foi lançada em agosto de 2019 e já atraiu outros 16 bancos, segundo dados do BC.

— Fizemos com o IPCA, e isso foi importante porque gerou discussão no mercado entre prós e contras, gerou amadurecimento. Depois reduzimos os juros dos financiamentos com TR de 9% para 6,5% ao ano, e agora vamos a uma terceira discussão, que é o prefixado — disse Guimarães.

Veículo: O Globo

Data: 10/01/2020

Caderno/Coluna:
Economia

Notícia de Interesse

Aspecto:
Neutra

BC retomará mutirões de renegociação de dívidas

No próximo, a ser feito ainda neste trimestre, meta é atingir 1 milhão de pessoas. Autarquia também vai criar um programa de pontos, no qual quem acessar conteúdo de educação financeira terá melhor acesso a crédito

RENATA VIEIRA
renata.vieira@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

Em parceria com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), o Banco Central (BC) quer atingir mais de 1 milhão de pessoas no próximo mutirão de renegociação de dívidas, que deve ocorrer ainda neste semestre. O BC revelou ainda que deverá fazer outro esforço semelhante no segundo semestre. Na primeira edição, em dezembro do ano passado, 820 mil pessoas participaram das renegociações, que chegaram a R\$ 4,5 bilhões, com descontos de 65%, em média.

O BC também anunciou que até o fim do primeiro se-

mentre permitirá que os bancos tenham um programa de milhagens, que possibilitará acesso a condições mais favoráveis de crédito. Isso será feito por meio de uma plataforma de educação financeira, que contará pontos.

A educação financeira é também um dos pilares da renegociação de dívidas. O plano, segundo o diretor de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta do BC, Maurício Moura, é melhorar os termos de renegociação e oferecer ainda mais conteúdo educacional a quem participar do mutirão. Para ter acesso ao benefício, os clientes precisarão assistir a um vídeo com dicas de como organizar e equili-

brar o orçamento doméstico.

No mutirão de dezembro, com 329 agências bancárias de Banco do Brasil, Banrisul, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Itaú e Santander, 560 mil pessoas assistiram ao conteúdo. Na internet, foram 173 milhões de visualizações.

VOTAÇÃO DA AUTONOMIA

O novo programa de milhagens ainda está em desenvolvimento. Os correntistas poderão se cadastrar, pela internet, em uma plataforma com diversos conteúdos de educação financeira. À medida que acessar esses conteúdos, a pessoa ganhará pontos, que serão usados pelos bancos como uma espécie de certificação na hora

de avaliar as condições de crédito a serem dadas ao cliente.

— Os bancos poderão utilizar esses pontos para oferecer aos clientes condições diferenciadas na contratação de produtos, na cobrança de tarifas — disse Moura.

Ele acrescentou que o programa também poderá ser acessado pelos birôs de crédito e usado para melhorar a nota no cadastro positivo, que entra em vigor esta semana.

Também ontem, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, disse esperar a aprovação da autonomia formal da instituição no Congresso neste trimestre, bem como do projeto que moderniza a legislação cambial no país.

OAB quer fim da tarifa do cheque

> A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) foi à Justiça, por meio de uma ação civil pública, pela revogação das novas regras do cheque especial, que entraram em vigor no último dia 6. Além de limitar os juros da modalidade a 8% ao mês (no mercado, estavam em 12%), o Banco Central autorizou os bancos a cobrarem uma tarifa pela disponibilidade do crédito, o que a OAB contesta.

> Os bancos podem cobrar 0,25% ao mês sobre o limite do cheque

especial acima de R\$ 500, mesmo se os recursos não forem usados. A cobrança começou no dia 6 para contas novas.

> A OAB demanda a suspensão da tarifa e a devolução, pelos bancos, dos valores já cobrados. Segundo a entidade, “tal prática estabelece vantagem abusiva”. E acrescenta que o ganho com a cobrança de tarifa de quem nem usou o cheque especial “configura típica situação jurídica de enriquecimento sem causa”.
(Renata Vieira)

Veículo: O Globo

Data: 10/01/2020

Caderno/Coluna:
Economia

Notícia de Interesse

Aspecto:
Neutra

Produção industrial cai 1,2% em novembro

Após três altas seguidas, setor recua e tem pior resultado para o mês desde 2015. Queda do índice foi influenciada principalmente pela retração do segmento de veículos. Alimentos e extrativa também pesaram negativamente

KAREN GARCIA
karen.garcia@infoglobo.com.br

Após três altas seguidas, a produção industrial caiu 1,2% em novembro de 2019, na comparação com outubro, divulgou ontem o IBGE. O resultado, influenciado principalmente pelo recuo do segmento de veículos (-4,4%), é o pior para o mês desde 2015. Em relação

ao mesmo período do ano anterior (novembro de 2018), a retração foi de 1,7%, mostrou a Pesquisa Industrial Mensal (PIM). Segundo o IBGE, 16 dos 26 ramos pesquisados tiveram queda na produção.

— A queda verificada em novembro eliminou uma parte importante do crescimento atingido nos meses anteriores — ressaltou o ge-

rente da pesquisa, André Macedo.

De janeiro a novembro, o índice acumulou queda de 1,1% e, em 12 meses, recuou 1,3%. — A queda da produção de veículos já era esperada, por conta do aumento dos estoques em outubro, que registrou um número histórico. A performance da indústria automobilística prejudicou bastante o re-

sultado geral e foi impactada ainda pela queda das exportações — explica Luana Miranda, pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV).

Outra produção que teve forte influência na queda do índice em novembro foi a de alimentos (-3,3%), eliminando quase toda a expansão verificada no mês anterior (3,6%). A indústria extrativa também teve queda expressiva (-1,7%), acumulando recuo de 9,5% de janeiro a novembro. A pesquisadora explica que o segmento ainda sofre com o desastre ambiental de Brumadinho (MG), em fevereiro do ano passado.

Aurélio Bicalho, economista-chefe da Vinland Capital, destaca que, mesmo

com a melhora do consumo e da confiança do empresariado, a indústria sofre impacto de fatores externos, como as tensões comerciais entre EUA e China e a crise na Argentina:

— Sendo um importante parceiro comercial, mas que compra menos por causa da situação econômica interna, a indústria brasileira acaba sendo prejudicada.